

## O SEGUNDO REINADO E A RECONSTRUÇÃO DA ORDEM

### **META**

Abordar o processo de consolidação do Estado Nacional brasileiro, analisando diferentes abordagens relativas à importância da monarquia para a estabilidade política e o papel desempenhado pelo Imperador dom Pedro II.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:

identificar a importância da participação das elites políticas no alcance da estabilidade e das mudanças que ajudaram a consolidar o Estado Nacional.

analisar os fatos que permitiram à monarquia unir em torno do regime o atraso e o progresso.

destacar alguns aspectos da biografia de dom Pedro II, especialmente daqueles relacionados à questão cultural.



D. Pedro II.  
(Fonte: [www.portalsaofrancisco.com](http://www.portalsaofrancisco.com)).

### INTRODUÇÃO

Caro aluno. Com a abdicação de seu pai, dom Pedro I, em 1831, Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga foi aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, aos cinco anos de idade.

Em 23 de julho de 1840, ainda com quinze anos incompletos, D. Pedro de Alcântara, com o título de dom Pedro II, tomou as rédeas do poder, dando início a um reinado que se prolongou por 49 anos, “a mais longa fase vivida na história do Brasil sob o governo de um único homem”.

Com tão longa duração, o II Reinado passou por distintas fases: no primeiro decênio, enquanto o imperador ainda era instruído nas questões da política e o Império enfrentava rebeliões começadas na Regência, surgiu mais uma, a Revolta Praieira. A partir do ano de 1850, inicia-se uma fase marcada pela consolidação do Estado Nacional e por acontecimentos de grande alcance, especialmente na área econômica, a qual se estende até 1870. Desde então, o Império começa a enfrentar uma série de dificuldades que evoluirão, até levar à queda de dom Pedro e à proclamação da República, no ano de 1889.

Considerando a longevidade e a diversidade dos fatos acontecidos nos 49 anos do II Reinado, e que muitos deles serão tratados nas aulas que acontecerão em seguida, vamos dar prioridade aqui à abordagem do período que vai do Golpe da Maioridade, que levou dom Pedro ao poder, em 1840, até o início das questões platinas e da Guerra do Paraguai, encerrada no ano de 1870.

### O BRASIL MONÁRQUICO

Lília Moritz Schwarcz é a autora de um livro sobre D. Pedro II, cuja leitura sugerimos a todos. Seu título é *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. “Misto de ensaio interpretativo e biografia do imperador d. Pedro II”, nele encontramos uma grande riqueza de informações, não só sobre o monarca, mas também sobre a sociedade imperial. No capítulo 3º, por exemplo, quando descreve a infância do imperador, Lília fala sobre as mudanças acontecidas no Rio de Janeiro, sede da corte:

Separado do mundo da política, d. Pedro não imaginava ser convidado em breve para a missão que o aguardava. Ao contrário, “a Regência” aos poucos se firmava, já que desde o Ato Adicional de 1834 garantia-se não só uma certa descentralização no poder, como instituía-se um regente único e eleito. O Rio de Janeiro também havia mudado bastante a partir da vinda da corte em 1808. Em 1836 a população chegava a 200 mil pessoas, “cada vez acotoveladas no quadrilátero central”, e outros costumes passavam a fazer parte da

agenda da corte. Moda e comércio na rua Direita, novos hotéis abriam suas portas, o hábito de fazer refeições fora de casa ganhava mais e mais adeptos, e é em 1835 que o italiano Basini introduz no Brasil um doce adaptado ao calor dos trópicos: o sorvete.

Saía-se também mais de casa. Fora as missas aos domingos e dias santificados, as festas religiosas, as procissões, as cerimônias oficiais ou os recebimentos nos Paços imperiais, a principal ocupação social na corte eram agora, as visitas, que mobilizavam toda a família (e mesmo os serviçais escravos). Para tanto, a indumentária masculina também se alterava: era o fim dos calções curtos, substituídos por calças compridas, combinadas com a cor das casacas. Estas eram normalmente quatro: uma preta para as missas de defunto ou atos solenes; outra verde com botões amarelos para as cerimônias oficiais; outra ainda azul para as visitas, e por fim uma cor de rapé para passear folgadoamente pela rua Direita.

Era, portanto, nesse meio marcado pela simplicidade e pelo acanhado dos costumes que o pequeno imperador vivia, mais voltado a seus estudos. Porém, se a tranquilidade e o controle pareciam reinar no Paço, diferente era a situação nos corredores do Parlamento, na imprensa e nos clubes de facções que disputavam o poder”. (Schwarcz, 200, p.45-66).

Numa abordagem mais tradicional da história do período imperial, especialmente daquela ensinada nas escolas, D. Pedro II se notabilizava como o mais importante dos soberanos da Casa de Bragança que governaram o Brasil. Ao ser apresentado como homem culto, em cujo governo o país alcançou a harmonia e importantes mudanças culturais, sociais e econômicas, resultantes do fim do trabalho escravo, da cafeicultura e da industrialização, acabava recebendo todos os créditos pelo rumo que o país tomou na metade do século XIX, e tendo sua imagem distanciada da que se projetava do seu pai e antecessor, Dom Pedro I.

Um dos problemas dessa historiografia personalista é que ela não permitia explicar, por exemplo, por que no processo de formação do Estado, o Brasil, diferentemente dos outros países latino-americanos, conseguiu manter a unidade política do seu território, apesar das divergências regionais e da permanência da estrutura sócio-econômica colonial. Ou, ainda, o regime monárquico do Brasil em oposição ao republicanismo dos vizinhos. A monarquia, por si só, explica a unidade do país? Até onde vai o papel de D. Pedro II na consolidação da unidade após os levantes da Regência? Vamos falar um pouco sobre essas e outras questões que possam nos ajudar a entender o processo de formação do Estado brasileiro.

Vimos anteriormente que a Independência resultou do desejo das elites coloniais de reagir ao monopólio português, de se impor contra o retorno do país à dependência da Metrópole, conforme era o intento dos constitucionais. A presença de um representante da Coroa à frente do movimento

autonomista, por sua vez, foi útil para a mudança que se queria fazer por cima, sem a participação dos segmentos populares. Vimos também que o 1º Reinado (1822-1831) foi marcado pelo choque entre a classe dominante e o autoritarismo do imperador, acrescido da disputa entre portugueses e brasileiros. E que a abdicação de Dom Pedro I permitiu à classe dominante local afastar, junto com o imperador, parte dos portugueses que ocupavam os mais importantes cargos burocráticos e tinham “assento no Parlamento e no Conselho de Estado”.

Emblemático no sentido do vazio de poder, o período regencial (1831-1840) pôs a descoberto a fragilidade das instituições imperiais. Mas quando o descontentamento político e social da população explodiu em revoltas e a saída foi novamente o reforço da centralização política, a elite agrária viu a Monarquia como melhor condutora de um projeto que garantisse avanços econômicos, mas sem alterar as estruturas sociais do país. De acordo com Lopez, “o compromisso monárquico de assegurar a estabilidade das estruturas de dominação e privilégio foi realmente e definitivamente assumido pelo Governo de D. Pedro II”. (1988, p. 9).

Voltemos à questão acima colocada, relativa à formação do Estado brasileiro. Geralmente a análise desse tema parte da constatação de características distintivas entre o Brasil e os demais países latino-americanos, na busca de explicações para o regime monárquico, a unidade territorial do país, a manutenção da estrutura social e econômica oriunda do período colonial, a força política das elites agrárias, e etc. Aqui, vamos tomar como referência texto de introdução do livro *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras*, de José Murilo de Carvalho.

Ao estudarmos o Brasil do século XIX deparamos com um fato de cuja importância os contemporâneos brasileiros tinham consciência mais nítida do que os analistas posteriores. Trata-se da grande diferença verificada na libertação das colônias espanhola e portuguesa da América que tão profundamente afetaria o futuro dos países da região. A busca renovada de fatores explicativos do fenômeno poderá contribuir para a melhor apreensão da natureza do processo político brasileiro.

No campo político, a diferença concentra-se em dois pontos principais. O primeiro refere-se à manutenção da unidade política em um caso e à fragmentação no outro. [...] No início do século XIX a colônia espanhola dividia-se administrativamente em quatro vice-reinados, quatro capitânicas-gerais e 13 audiências, que no meio do século se tinham transformado em 17 países independentes. Em contraste, as 18 capitânicas-gerais da colônia portuguesa, existentes em 1820 (excluída a Cisplatina), formavam, já em 1828, vencida a Confederação do Equador, um único país independente.

O segundo aspecto da diferença diz respeito ao tipo de sistema político implantado. Ao passo que a grande maioria dos países

oriundos da ex-colônia espanhola passava por longo período anárquico e muitos só chegavam a organizar o poder em bases mais ou menos legítimas graças a lideranças de estilo caudilhesco, a ex-colônia portuguesa, se não evitou um período inicial de instabilidade e rebeliões, não chegou a ter uma única mudança irregular e violenta de governo (não considerando como tais a abdicação e a antecipação da maioria), e conservou sempre a supremacia do governo civil. O fato é reconhecido por todos os estudiosos mas as explicações até agora oferecidas são insatisfatórias. Explicações administrativas não convencem, pois as diferenças que certamente existiam entre os estilos coloniais português e espanhol não eram de monta a justificar o resultado. A maior centralização da administração portuguesa era aparente. No último quartel do século XVIII, por exemplo, a autoridade do vice-rei sobre os capitães-generais era mais nominal do que real, excetuadas apenas as capitânicas diretamente ligadas ao Rio de Janeiro (São Pedro, Santa Catarina e Colônia do Sacramento). Os capitães-generais eram nomeados diretamente pela Coroa e a ela respondiam. Parecia ser tática explícita do governo colonial permitir conflitos de autoridade e poder entre vices-reis e capitães-generais como mecanismo de controle.

Note-se ainda que entre 1624 e 1775 a colônia esteve dividida formalmente em dois Estados distintos, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com administrações totalmente independentes. Mesmo após a chegada da Corte, em 1808, Pará e Maranhão continuaram a tratar diretamente com Lisboa. É sintomático que uma das mais importantes medidas tomadas pelas cortes portuguesas em 1821, no sentido de parar o movimento de independência, foi ordenar a todos os governos de capitânicas que obedecessem a Lisboa e não ao príncipe D. Pedro. [...]

Outra explicação geralmente apresentada é de natureza política. Atribui-se a diferente evolução das duas colônias ao ato da transmigração da corte bragantina para o Rio de Janeiro. A presença da Corte nos últimos anos do período colonial teria tornado possível a solução monárquica no Brasil e em consequência a unificação do país e um governo relativamente estável. Não há como negar a importância do fato. A tendência monárquica de vários dos libertadores, Bolívar e San Martín incluídos, lava a crer que, se houvesse candidatos disponíveis, outras experiências monárquicas seriam tentadas. Os argentinos chegaram a planejar o seqüestro de um príncipe europeu que os governasse. Seria inútil especular sobre os possíveis resultados dessas hipotéticas experiências. Sabe-se apenas que o coroamento de elementos nativos redundou em fracasso no México e no Haiti. Mas, de qualquer maneira, apesar de inegável importância da presença da Corte para tornar mais viável a solução monárquica, a presença não garantia essa solução. A independência viria com ou sem o rei e a monarquia. O fato de ter vindo com

ambos deveu-se fundamentalmente a uma opção política entre outras alternativas possíveis.

Há ainda tentativas, embora pouco elaboradas, de explicar as diferenças por fatores de natureza social e econômica. O declínio do ciclo mineratório nas colônias espanholas ainda no século XVII e o refluxo para a agricultura teriam levado ao maior isolamento nos vários centros coloniais, ao passo que o surto mineratório brasileiro, vindo mais tarde, teria proporcionado maior integração. Não há dúvida de que o ciclo do ouro foi um poderoso fator de criação de laços entre várias capitânicas. Mas é preciso lembrar também que ele já começara a declinar no início da segunda metade do século XVIII. Ao final do século, o mesmo refluxo verificado nas colônias espanholas se produzira na parte portuguesa.

Análises mais elaboradas mostram que as tentativas integracionistas de homens como Bolívar tinham base na existência prévia de relações econômicas e comerciais entre as várias unidades que formavam a colônia espanhola. Centros comerciais como o Peru, baseados em economia mineratória, vinculavam-se a economias agrícolas de subsistência como as do Chile, Equador e norte da Argentina. No século XVIII, a crise da mineração e o maior liberalismo Bourbon teriam levado mesmo ao enfraquecimento dos laços com a metrópole e à maior liberação do comércio intracolonial. A análise, no entanto, se torna inconclusiva ao dizer que ao lado de elementos de união havia também conflitos de interesses entre as várias unidades que, afinal, determinaram, com o apoio da Inglaterra, a fragmentação da colônia espanhola. No caso do Brasil a explicação para a unidade volta à velha tese política da manutenção da monarquia, garantia da integridade territorial e da estabilidade institucional.

Para o Brasil é também possível apontar fatores econômicos de integração e de desintegração. O país não era um arquipélago econômico, havendo fluxo interno de mercadorias e de linhas de comunicação, mas esse fluxo estava longe de abranger toda a colônia, e era certamente de peso secundário em relação ao comércio externo que era a base do sistema colonial. Assim, se é possível dizer que havia base concreta de interesses econômicos para manter unidos, por exemplo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o mesmo não pode ser dito em relação a Pernambuco e Rio de Janeiro, ou Maranhão e São Paulo.

As explicações apenas por fatores econômicos serão sempre inconclusivas no que se refere à fragmentação ou não das ex-colônias. Para cada aspecto que favoreça a unidade poderá ser aduzido outro que favoreça a desunião. Em menor escala o mesmo pode ser dito com relação ao peso que esses fatores tiveram na construção dos Estados nacionais. Aqui o peso foi sem dúvida maior, mas mesmo assim países que Sunkel e Paz colocam no mesmo tipo, como Brasil, Venezuela e o caribe, tiveram evolução totalmente distinta,

salientando-se o contraste entre o Brasil e a Venezuela, esta exemplo típico de Caudilhismo. [...].

Um fator social importante deve ser mencionado, a escravidão. Hermes Lima, no prefácio que escreveu em 1947 para um volume das Obras Completas de Rui Barbosa, argumentou que a centralização favorecia a manutenção da escravidão, de vez que evitava iniciativas abolicionistas nas províncias. Pode-se expandir o argumento e propor que a unidade da ex-colônia também favorecia a manutenção da escravidão por evitar uma possível justaposição de países escravistas e não-escravistas, provocada por eventual fragmentação. De fato, testemunhos da época deixam claro que havia entre a elite receio de revolta escrava, tendo-se cunhado a expressão haitismo, referência à violenta revolta de escravos da colônia francesa de Santo Domingo. Uma luta pela independência ao estilo da que se verificara nos países oriundos da antiga colônia espanhola, que redundara em fragmentação política, era vista por muitos como perigosa para a manutenção da ordem social e, portanto, da escravidão. Nesse sentido, o interesse em manter a escravidão pode ter ajudado na manutenção da unidade do país. A unidade, avalizada pela monarquia, era meio eficaz de preservar a ordem.

O argumento é plausível, mas pede qualificações. A primeira é que a fragmentação em si poderia também fortalecer a escravidão nas províncias em que ela tivesse mais peso econômico. O medo não era da fragmentação em si, mas da guerra civil. A segunda é que a aspiração de manter unida a ex-colônia para se construir no Brasil um poderoso império antecedia a preocupação com a preservação da escravidão, já vinha de antes da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro. [...] Um dos mais ilustres desses seguidores era José Bonifácio, que tanta influência exerceu no processo da Independência. Pode-se dizer que José Bonifácio, um conhecido inimigo da escravidão, invertia os termos da relação colocada acima. Ele não buscou preservar a unidade do país para manter a escravidão. Ao contrário, recusou medidas abolicionistas mais radicais pedidas pelos ingleses para manter a unidade. Para ele, a manutenção da escravidão era o preço a pagar pela unidade e não vice-versa. Sabia que medidas abolicionistas radicais naquele momento, tomadas pelo governo central, teriam repúdio imediato de províncias em que a presença escrava fosse significativa, a começar por Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, que formavam a base de sustentação de D. Pedro. Sem ser abolicionistas como José Bonifácio, muitos outros políticos da época sonhavam com a idéia do grande império. A probabilidade de um império unido e centralizado favorecer a manutenção da ordem e da escravidão podia constituir um reforço para sua convicção, mas não era sua motivação única, talvez nem mesmo a principal.

Isso nos leva à tese central deste livro, qual seja, sugerir uma explicação alternativa que dê peso maior, embora não exclusivo, a um

fator até agora desprezado. Parte-se da idéia de que a decisão de fazer a independência com a monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas, foi uma opção política entre outras possíveis na época. Se em alguns pontos não havia muita liberdade de escolha, como na questão da escravidão ou do livre comércio, esses constrangimentos não determinavam os formatos políticos nem garantiam o êxito ou fracasso na organização do poder, isto é, não havia nada de necessário em relação a várias decisões políticas importantes que foram tomadas, embora algumas pudessem ser mais viáveis do que outras. Sendo decisões políticas, escolhas entre alternativas, elas sugerem que se busque possível explicação no estudo daqueles que as tomaram, isto é, na elite política.

[...] a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade e a construção de um governo civil estável foram em boa parte conseqüência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento. Havia sem dúvida certa homogeneidade social no sentido de que parte substancial da elite era recrutada entre setores sociais dominantes. Mas quanto a isto não haveria muita diferença entre o Brasil e os outros países. As elites de todos eles vinham principalmente de setores dominantes da sociedade. Ocorre que nas circunstâncias da época, de baixa participação social, os conflitos entre esses setores emergiam com freqüência. Mineradores chocavam-se com fazendeiros, produtores para o mercado externo com produtores para o mercado interno, latifundiário de uma região contra seus semelhantes de outra. A homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política. Essa homogeneidade era fornecida pela socialização da elite, [...] por via da educação, da ocupação e da carreira política. (Carvalho, 2007, p. 13/21).

Como viram, após analisar as diferentes explicações para o que são considerados traços específicos do Estado que se organizou no Brasil no período imperial, destacando prós e contras de cada uma delas, Carvalho destaca a importância de um fator político, no caso, da unidade ideológica e de treinamento da elite política brasileira. Para ele, embora houvesse unidade social dentre aqueles que controlaram o poder no Império (por serem recrutados, principalmente, entre proprietários de terra e pessoas vinculadas ao comércio), foram “a educação em Coimbra, a influência do direito romano, a ocupação burocrática, os mecanismos de treinamento”, os fatores que contribuíram “para dar à elite que presidiu a consolidação do Estado imperial um consenso básico em torno de algumas opções políticas



fundamentais”. Dentre os fatores de união da elite Carvalho dá grande ênfase ao setor burocrático, inicialmente dominado por magistrados e militares, que aos poucos foram sendo substituídos por profissionais liberais e advogados: “os famosos bacharéis da era de d. Pedro II”.

## O SEGUNDO REINADO

Vamos agora aos fatos mais importantes do II Reinado, ou, conforme dissemos no início da aula, aos fatos acontecidos entre 1840, quando da posse de D. Pedro II, e 1865, início da guerra do Paraguai. “Vejam como se desenvolveu essa combinação de conservadorismo político com mudança social.

D. Pedro II nasceu no Rio de Janeiro, a 2 de dezembro de 1825, no paço da Quinta da Boa Vista [...] Meses mais tarde, em 2 de agosto de 1826, seria reconhecido herdeiro presuntivo da Coroa pelo Senado (era o único herdeiro do sexo masculino). [...] a abdicação de seu pai, em 7 de abril de 1811, haveria de tirá-lo do quarto de brinquedos e lançá-lo no primeiro plano do cenário político. Aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, aos cinco anos de idade, transformou-se no “órfão da nação” (sua mãe morreu quando tinha um ano de idade). [...]

Sujeito a regulamentos e conveniências, obrigado a cumprir extensa agenda de compromissos oficiais, teve uma infância solitária [...] e uma educação refinada, com professores de envergadura, [...] que dotaram o futuro imperador de sólida base intelectual, que ele continuaria a cultivar ao longo de toda a sua vida.

A jornada diária do menino monarca iniciava-se às 7 h e findava às 22 h, quando deveria dormir, segundo o Regulamento de serviço do Paço e das pessoas imperiais. As refeições só poderiam ser realizadas na presença de um médico; os banhos, sempre de água fria; visitas e passeios nos jardins, sempre com hora marcada. Apesar da rigidez dos protocolos, havia tempo para folguedos e representações no teatrinho do Paço, junto com as irmãs e outras crianças que frequentavam a Quinta da Boa Vista [...]

D. Pedro II teve sua maioridade antecipada em [...] 23 de julho de 1840. Assim, começou a reinar efetivamente aos 15 anos incompletos. [...] (Três anos depois) a diplomacia brasileira negociava na Europa uma noiva de sangue azul para o soberano. Após algumas tentativas malsucedidas junto à Casa da Áustria, ajustou-se, enfim, o seu matrimônio com a princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon e das Duas Sicílias. O casamento, por procuração, teve lugar em Nápoles, a 30 de maio de 1843. [...]

Espírito inquieto e curioso, D. Pedro II agitava idéias atraindo a competência daqueles a quem solicitava a atenção e o estudo.

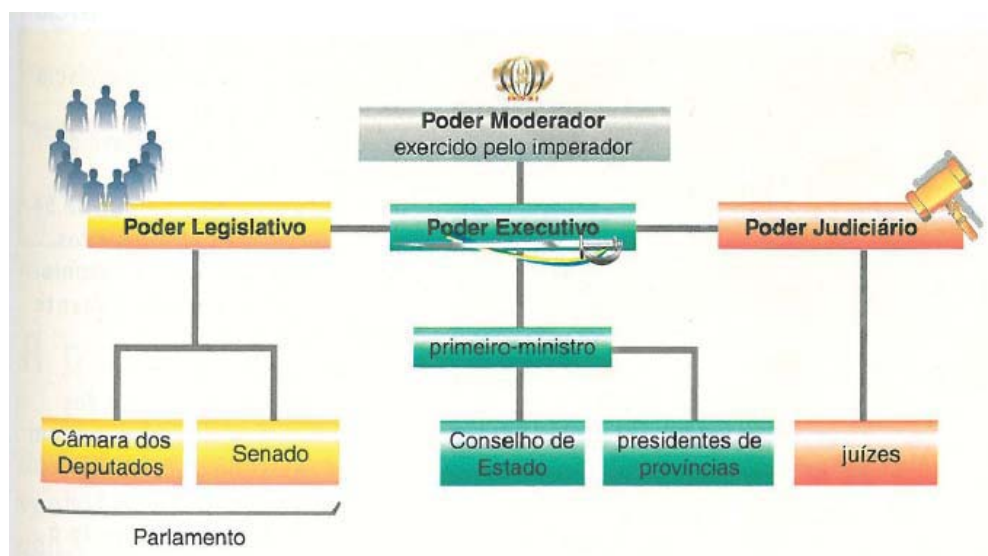
Animava as sessões do IHGB, de onde era patrono e freqüentador assíduo, assistia aos exames do Colégio de Pedro II, participava da argüição de teses na Academia de Medicina e na Escola Politécnica. Considerado o mais ilustrado dos monarcas do seu tempo, impôs-se pelas virtudes intelectuais e a vasta cultura [...] Primeiro brasileiro a ter assento no Instituto de França, distinguia-se nas rodas literárias, associações científicas e exposições internacionais. Promoveu o país nas viagens ao exterior, ao mesmo tempo em que estimulava a vinda de missões estrangeiras, direcionadas para o estudo da geografia, história natural, antropologia, lingüística e arqueologia indígenas. [...] Mas o cientista de cetro e coroa misturava-se ao povo na rua, com sua sobrecasaca e guarda-chuva debaixo do braço. Entrava pela cozinha do Colégio de Pedro II, abria as panelas e provava as refeições dos alunos. Dispensava o protocolo nas audiências públicas, mantendo conversas com figuras simplórias [...] Em Petrópolis, nos meses de veraneio, podia ser visto no mercado comendo frutas. Por outro lado, nos negócios de Estado, mostrava-se cioso das suas prerrogativas e rigoroso nos protocolos. Reinou, governou e administrou [...] Proclamada a República, D. Pedro II embarcou para a Europa, acompanhado da família imperial. Dirigiu-se, então, para Portugal. Com a morte da imperatriz, transferiu-se para a França. [...] No exílio, entregou-se à leitura, aos estudos da língua tupi e às atividades acadêmicas. Faleceu em Paris, de pneumonia aguda, a 5 de dezembro de 1891”. (Vainfas, 2002, p. 198-201)

Desde 1835 havia poderosos defensores da antecipação de d. Pedro ao trono, prevista para 1843, quando então o futuro monarca completaria 18 anos. O denominado Golpe da Maioridade, que ocorreu em 1840, representou a vitória desse grupo e sagrou o jovem imperador – que nem mesmo havia completado 15 anos de idade – como representante da nação. O retorno de um membro da casa de Bragança ao trono foi acompanhado por uma série de medidas legais que combatiam os chefes e caudilhos locais, revigorando os dispositivos da Constituição de 1824 através do Poder Moderador, abolindo inovações regenciais, tais como a eleição de presidentes de província, que passaram a ser indicados pelo monarca, e subordinando a autoridade policial ao Ministério da Justiça. O sistema político que emergiu das lutas dos primeiros vinte anos da independência apresentava, por isso mesmo, um forte sabor centralizador: o imperador reinava, governava e administrava. (Priore e Venâncio, 2010, p. 177/178).]

A recuperação de poder pelo governo central, conforme descrevem Priore e Venâncio, foi facilitada pelas alterações na legislação descentralizadora da Regência. Além da reforma do Ato Adicional de 1834 que se seguiu à posse do imperador, também foram feitas importantes mudanças no Código do Processo Criminal de 1832.

Com isto as assembléias estaduais deixaram de ter jurisdição sobre funcionários do governo central; todo o funcionalismo da justiça e da polícia passou a ser controlado pelo Ministério da Justiça; o único juiz eleito, o juiz de paz, perdeu boa parte de suas atribuições em benefício dos delegados e subdelegados de polícia. O Ministro da Justiça ganhou o poder de nomear e demitir, por meios diretos ou indiretos, desde o desembargador até o guarda de prisão. Com a maioria em 1840, voltou também o Poder Moderador, e foi restabelecido o Conselho de Estado, extinto pelo Ato Adicional.” (Carvalho, 1988, p. 17).

Apesar de ter provocado conflitos, conforme vimos na aula passada (as revoltas liberais de 1842 e a revolução Praieira de 1848), a centralização política foi, aos poucos, ajudando a restabelecer a pacificação do país. Outro fato de muita importância para a estabilidade política foi a iniciativa do governo de oportunizar o revezamento no poder dos partidos Liberal e Conservador, medida que também contribuiu para consolidar as duas agremiações partidárias. “O primeiro gabinete do Segundo Reinado foi organizado pelo Partido Liberal, pois o Golpe da Maioridade fora articulado por esse setor político, desalojando do poder os conservadores, que governavam desde o início da regência de Araújo Lima”. Em pouco tempo os liberais foram substituídos pelos conservadores, alternância que perdurou e se tornou marca do Império. “Dos 36 gabinetes ministeriais do Segundo Reinado, 21 deles foram do Partido Liberal, controlando o poder por quase 20 anos, e 15, do Partido Conservador, detendo o poder por quase 30 anos. (Vicentino e Dorigo, 1998, p.214).



Esquema das relações dos poderes políticos durante o chamado “parlamentarismo às avessas”, no Segundo Império. (Fonte: Costa e Mello, 2008, p.405).

Completando a consolidação política do Segundo Reinado, em 1847 foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, estabelecendo o parlamentarismo brasileiro. Na Inglaterra, onde nasceu esse regime político, o partido que detém a maioria no Parlamento indica o primeiro-ministro, o chefe do governo que comanda o poder executivo, firmando a subordinação do executivo ao poder legislativo. No Brasil, ao contrário, o que se verificava era que o chefe do ministério, uma espécie de primeiro-ministro, era escolhido pelo imperador, fazendo o legislativo refém do executivo, já que deveria ter maioria do partido do presidente do Conselho de Ministros. Era o chamado parlamentarismo às avessas, de caráter centralizador e oligárquico, não representativo da sociedade brasileira devido à exclusão escravista e ao critério censitário. Assim, o imperador escolhia o presidente do Conselho de Ministros e, caso houvesse divergência entre este e o Parlamento, o imperador ou dissolvia a Câmara para nova eleição ou demitia o ministro. (Vicentino e Dorigo, 1998, p. 215/216).

Outra iniciativa do governo imperial nessa década de 1840 que teve grande repercussão, especialmente na economia do país, a adoção da tarifa Alves Branco. Vimos anteriormente que desde 1810 a Inglaterra tinha a vantagem de vender aqui seus produtos pagando menos imposto do que aquele cobrado a outros países, privilégio que se manteve até 1844, quando passa a vigorar a nova tarifa. O fim das taxas preferenciais reservadas aos ingleses acarretou o aumento da receita do governo, com reflexo na economia e sociedade imperial.

Ao cabo de uma década, as instituições e articulações políticas dos dirigentes do Império foram suficientemente eficazes a ponto de sufocar os revoltosos e convencer as elites locais da importância e viabilidade do projeto centralizador. Nesse sentido, 1850 representa um marco do que se planejava desde o Golpe da Maioridade. Pode-se mesmo afirmar que esse ano consolida 1822: finalmente cessam os projetos de independência “alternativa” liderado pelas elites provinciais, e a monarquia firma-se como o sistema político que garantia a manutenção da unidade herdada do período colonial. Uma nova etapa da história brasileira vem à luz. A manutenção da ordem adquire, a partir de agora, uma conotação mais ampla, não exclusivamente repressiva, mas que também valoriza um projeto civilizador da sociedade através da supressão da escravidão”. (Priore e Venâncio, 2010, p.179).

Já no ano de 1850 o governo imperial deu um primeiro passo na direção do fim da escravidão no Brasil: a proibição do tráfico internacional, determinada pela Lei Eusébio de Queirós. Não era nova a idéia de acabar

com o trabalho escravo. Ela esteve presente nos trabalhos da Constituinte de 1823, quando José Bonifácio propôs a adoção de leis de abolição gradual da instituição, e foi também motivo de uma constante pressão inglesa sobre o Brasil. Estimulada que estava pela revolução industrial, à Inglaterra interessava ampliar o mercado de consumo colonial. Por isso, e lastreada nas idéias contrárias à escravidão que se difundiam pela Europa, incluiu uma previsão do fim do tráfico de escravos para o Brasil no tratado assinado com Portugal em 1810. Da mesma forma, em acordos assinados com o Brasil em 1826 e 1830, transformou “o tráfico em pirataria, atividade ilegal em qualquer ponto do oceano Atlântico. No ano de 1845, por decisão unilateral inglesa, é aprovado o Aberdeen Act, que permitia o ataque por parte de navios ingleses aos navios de traficantes também em portos brasileiros”. (Priori e Venâncio, p. 180).

Diferentemente da época da Independência, quando a economia do Brasil se encontrava em dificuldades, sem maiores perspectivas para os principais produtos de exportação, o açúcar e o algodão, o que implicava num ambiente mais conservador e dependente da mão-de-obra escrava, na metade do século o ambiente era outro. O café já era um sucesso de exportação, a economia vivia tempos promissores e alguns proprietários de terra já se mostravam abertos à experiência com outras formas de trabalho. Por outro lado, a grande massa de escravos no país e o contínuo crescimento do seu número era motivo de temor para as elites brasileiras. Temia-se que uma rebelião pusesse em risco não só o equilíbrio da sociedade, mas as vidas das pessoas. Priori e Venâncio destacam ainda outro motivo, o medo da africanização do país. É que,

segundo as visões preconceituosas da época, além de ser um risco para a segurança do país, (a continuidade da importação) afastava o Brasil das “rotas da civilização”. [...] essa questão é mais bem compreendida se lembrarmos os debates europeus. Dessa maneira, cabe sublinhar que, na época em que nasceu o movimento abolicionista europeu, também surgiram as primeiras teorias racistas com base na biologia”. (2010, p. 182).

Outra medida aprovada no ano de 1850 buscou regular o acesso à posse da terra. A Lei de Terras, como foi chamada,

determinava que as terras públicas só poderiam tornar-se propriedade privada por meio de compra, e não mais por doação ou posse. Os preços de venda deviam ser elevados para inviabilizar o acesso de pessoas de poucos recursos, incapazes de manter o caráter exportador de nossa economia. Todas as terras que não estivessem regularizadas deveriam ser registradas, o que envolvia altos custos para demarcação e registro, o mesmo ocorrendo com as novas

propriedades. A aprovação da Lei de Terras significou uma medida decisiva para evitar que se desviasse mão-de-obra livre para outras atividades que não a agroexportação. Os recursos arrecadados com a venda e registro das terras deviam subsidiar a imigração”. (Vicentino e Dorigo, 1998, p. 212).

Outra das reformas saquaremas foi a que, em 19 de setembro de 1850, modificou a Guarda Nacional. A pretexto de acabar com a desorganização da instituição a nível local [...], efetuou-se uma reforma que a colocou sob o forte controle do governo central. É suprimido o princípio eletivo para a oficialato, e o ministro da Justiça [...] passa, então, a nomear com base nas propostas dos respectivos comandantes, todos os oficiais da corporação. [...] Dentro ainda do propósito de eliminação da ingerência das autoridades sujeitas ao poder local sobre o comando da Guarda, sua instância imediata de subordinação deixou de ficar a cargo dos juizes de paz e juizes criminais [...] A renda para o ingresso na Guarda foi uniformizada em duzentos mil-réis e a idade mínima baixou para dezoito anos.

Dentre esta série de reformas deve ser mencionado, ainda, o Código Comercial do Império do Brasil, promulgado em 25 de junho de 1850 e até hoje em vigor. O Código sistematizava e atualizava a confusa legislação comercial anterior, em boa parte procedente da época colonial” (Basille, 1990, p. 249).

No plano político, a metade do século XIX ficou marcada pela chamada política de Conciliação, resultado de uma coalizão entre o partido liberal e o conservador, comandada pelo marquês de Paraná. Segundo Costa e Mello,

em 1848, o ministério liberal estava muito desgastado. O imperador então decidiu apelar mais uma vez para os conservadores. Um gabinete conservador assumiu, mantendo-se até 1853. Nesse ano foi substituído por um novo ministério, liderado por Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná, inaugurando o período da conciliação. O chamado “Ministério da Conciliação” (1853-1858), formado por liberais e conservadores, foi de extrema importância para que o país conseguisse se estabilizar durante o Segundo Império, possibilitando uma fase de grandes empreendimentos. A conciliação caracterizou-se pela alternância pacífica entre liberais e conservadores, que adotavam a mesma política, tanto no governo quanto na oposição”. (2008, p. 405). No decorrer do Império, os seguidores do partido Conservador passaram a receber o apelido de Saquarema, “em razão de seus principais líderes serem fazendeiros da região que tinha esse nome e localizava-se no norte do Rio de Janeiro”. Já o partido Liberal ganhou a alcunha de Luzia, nome do local da derrota dos liberais no movimento praieiro, de 1848. “A rápida expansão do termo

Squarema pode ser explicada [...] pelo predomínio liberal entre 1844 e 1848. Carregando também um sentido maledicente, já que lembrava “protegido” ou “favorecido”, o nome mais se parecia com um revide dos Luzias – tão estigmatizados por seu apelido – que arriscavam associar Squarema à idéia de “sacar”.

Mais do que o termo Luzia, Squarema enraizou-se durante o Império, sendo associado aos conservadores fluminenses e, nos primeiros anos do Segundo Reinado, à sua “santíssima trindade”: Rodrigues Torres (futuro visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Souza (futuro visconde do Uruguai) e Eusébio de Queirós. (Schwarcz, 2006, p. 122).

Mas a década de 50 seria sobretudo associada à estabilidade financeira e ao momento de paz vigente no país, e com eles a popularidade do imperador cresceria. Nas viagens que passa a empreender pelo Brasil, o monarca é recebido de forma calorosa, e a cada ocasião repete-se o teatro da corte, que [...] era um elemento básico para o fortalecimento do poder real. [...] Com as viagens, a realeza não só aumentava a sua visibilidade, como simbolicamente o monarca tomava posse de seu vasto território. “Ver e ser visto”: eis uma nova lógica que implica unificar, também, a nação.

Tendo se afastado da corte por seis meses em 1845, período em que percorreu as províncias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, nos anos 50 as províncias do Nordeste foram escolhidas para receber a visita prestigiosa do imperador.

Foi assim que entre 1859 e 1860 o monarca visitou o nordeste, tendo sido recebido com grandes festas na Paraíba, [...], na Bahia, em Pernambuco e em Sergipe.

Com d. Pedro II viajavam, também, os rituais monárquicos e alguns cerimoniais: disposições para a partida do imperador e seu séquito, os programas municipais e provinciais para a chegada do soberano a diferentes cidades, as recepções grandiloqüentes em seu retorno à corte; nestas, os moradores eram instruídos a iluminar a frente de suas casas e a orná-las com tapeçarias, ao mesmo tempo em que as ruas pelas quais passasse o cortejo imperial deveriam ser areadas e juncadas de folhas e flores. Se o cenário variava, o script era o mesmo: precisão e pompa. (Schwarcz, 2006, p. 357/358).

À frente de um governo que usufruía do prestígio resultante da instituição monárquica, da prosperidade econômica, da pacificação do país, da conciliação político-partidária, da formação de novos hábitos culturais, d. Pedro II ainda usou de outro instrumento para cooptar as elites regionais: a distribuição de títulos de nobreza.

Assim, enquanto d. Pedro I concedeu de dois a cinco títulos de barão por ano, seu sucessor elevou essa média para dezoito títulos. É possível dizer, portanto, que durante o Segundo Império (1840-1889), a cada dois meses tínhamos três novos barões. [...] essa sutil forma de conquistar os “mandões” locais serviu como uma maneira de compensá-los pela perda do domínio que, sem interferência de poderes públicos, antigamente exerciam. (Schwarcz, 2006, p. 178).

### D. Pedro II e o IHGB

Fundado em 1838 e tendo como modelo o Institut Historique, de Paris, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) já na década de 40 tinha o jovem monarca d. Pedro II como um dos mais assíduos freqüentadores. “A partir dos anos 50 o IHGB se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os maios oficiais [...]”

É nesse contexto, em que o imperador passa a imiscuir-se cada vez mais na vida intelectual de seu Império, que o IHGB se transformará, de modo crescente, em seu local de predileção [...] e funcionará como uma espécie de porto seguro, um estabelecimento oficial para as experiências do jovem monarca, crescentemente empenhado em imprimir um “nítido caráter brasileiro à nossa cultura. A participação do imperador não era, portanto, a partir dos anos 50, apenas financeira. Ao contrário, d. Pedro interessou-se pessoalmente pelo IHGB, tendo presidido um total de 506 sessões – de dezembro de 1849 até 7 de novembro de 1889 -, só se ausentando em caso de viagem. Tal fato torna-se ainda mais relevante se comparado à pouca participação do monarca na Câmara: lá só aparecia no começo e no final do ano, para abrir e fechar os trabalhos.

Por meio, portanto, do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, d. Pedro II tomava parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural. (Schwarcz, 2006, p. 127).



Imperador D. Pedro II.  
(Fonte: Bueno, 2002, p.195).

Conforme acabamos de ver, no período entre os anos de 1840 e 1860 o governo imperial viveu uma fase de contínua ascensão, cujo limite se considera ter sido alcançada em 1870. A partir dessa data, a conjugação dos efeitos causados pelo envolvimento brasileiro na Guerra do Paraguai, com aqueles produzidos pelas mudanças econômicas, sociais e culturais que aconteceram no país, acabou revelando as fragilidades da monarquia e levando à sua substituição pela República.

### DIÁRIO DE D. PEDRO II

(Trechos do diário de d. Pedro II, escritos de 31 de dezembro de 1861 a



10 de janeiro de 1862, com confissões pessoais, idéias sobre política interna e externa e sobre a administração do país )

Começo este trabalho só agora; porque a experiência dificilmente se aproveita, e dos anos que vivi há muitos sucessos, que apenas a memória própria devia confiar, mesmo para ela facilmente esquecê-los. Além disto, a mocidade rouba muito tempo, ainda que este não me sobre para principiar amanhã um diário de minha vida, cuja parte que pertence ao público fica aliás registrada nos periódicos e a particular é bastante monótona. Por isso, muito resumido serei; esforçando-me contudo por não omitir o que me parecer de importância. Tinha apontamentos dos anos passados; mas julguei acertado queimá-los. Pouco direi do indivíduo. Tenho espírito justiceiro, e entendo que o amor deve seguir estes graus de preferência: Deus, humanidade, pátria, família e indivíduo. Sou dotado de algum talento; mas o que sei devo-o sobretudo à minha aplicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo estremosamente, meus principais divertimentos. Louvam minha liberdade; não sei por quê; com pouco me contento e tenho oitocentos contos por ano.

Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e a ocupar posição política, preferia a de Presidente da República ou Ministro, à de Imperador. Se ao menos meu pai imperasse ainda estaria eu lá onze anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo.

Jurei a Constituição; mas ainda que a não jurasse seria ela para mim uma segunda religião...

Não sou nenhum dos partidos para que todos apóiem nossas instituições; apenas os modero, como permitem as circunstâncias, julgando-os até indispensável para regular o andamento do sistema constitucional, quando como verdadeiros partidos e não facções, respeitem o que é justo...

Leio constantemente todos os periódicos da Corte, e das Províncias os que, pelos extratos que eles se fazem, me parecem mais interessantes. A Tribuna e a Imprensa são os melhores informantes do Monarca. Acho muito prejudicial ao serviço da Nação a mudança repetida de ministros, o que sempre procuro evitar e menos se daria se as eleições fossem feitas como desejo; a opinião se firmaria e o procedimento dos ministros seria mais conforme seus deveres; reputando eu um de nossos grandes males a falta geral de responsabilidade efetiva.

Nunca entendi a Conciliação como a quiseram deturpar; a minha política sempre foi a da justiça em toda a latitude da palavra, isto é, da razão livre de paixões tanto quanto os homens a podem alcançar...

Depois da guerra contra Rosas sempre fui partidário da abstenção do Brasil nos negócios do Prata, sem prejuízo da honra nacional e dos interesses brasileiros, e bem me opus à ocupação de Montevidéu pelas tropas do Brasil, ainda que houvesse pedido o governo Oriental. Protesto contra qualquer idéia de anexação de território estrangeiro

ou sua mudança de sistema de governo, como injusta e altamente prejudicial ao Brasil.

Com efeito tem havido versatilidade de opinião nos ministros, mas as circunstâncias do país tem concorrido para isso, e os que não se acomodam a elas creio que não realizariam a política de moderação, que facilita os benéficos efeitos da índole dos brasileiros, a que devemos tantos anos de paz interna. Esta doce experiência há de permitir a tão justa e desejada reorganização dos partidos conforme o exige o nosso sistema político, que quer o progresso, mas seguro. Haja eleições como elas devem ser, e portanto todas as conseqüências, e o Brasil terá certo o seu futuro e o monarca dias serenos...

Entendo que o melhor emprego do dinheiro é nos meios de comunicação. A colonização estrangeira e nacional é também de urgente necessidade, e o que penso sobre o melhor sistema de colonização acha-se escrito nos papéis de que tenho falado. Muito tenho pugnado pela criação de agentes de colonização de paga certa...

O Ato Adicional é grande embaraço para conveniente uniformidade do ensino público; porém muito podem fazer os presidentes. O ensino deve ser inteiramente secular, com exceção do religioso; mas livre ainda que sujeito à inspeção da autoridade. Seria útil a criação de uma Universidade na Corte conservando-se as escolas superiores das províncias. Não sou contrário à instrução religiosa e missão de padres estrangeiros, sob a vigilante inspeção dos bispos e do governo enquanto não se habilitem padres nacionais...

A agricultura reclama toda a atenção dos poderes do Estado carecendo principalmente de vias de comunicação. Alguns melhoramentos se podem generalizar na cultura das terras, e a criação de escolas práticas facilitando ao mesmo tempo aos fazendeiros em mais adequadas circunstâncias e aquisição de agricultores entendidos no emprego dos mais úteis processos, assim como dos instrumentos precisos, trará esse benéfico resultado.

Há anos que se podia ter feito isso; mas tudo marcha entre nós de modo desanimador, apesar de eu empregar todos os esforços que possa na minha posição de monarca constitucional. (Castro, 1968. p. 179-181).

## CONCLUSÃO

Responsável por “assegurar a estabilidade das estruturas de dominação e privilégio” e, por isso, contar com amplo apoio das elites, D. Pedro II acabou permanecendo à frente do poder por 49 anos, “a mais longa fase vivida na história do Brasil sob o governo de um único homem”.

No conjunto, esse longo tempo de duração do 2º Reinado comportou uma fase (entre 1850 e 1870) marcada, principalmente, pela consolidação do Estado Nacional, e outra (de 1870 a 1889) em que o império teve de enfrentar dificuldades que abalaram os alicerces da monarquia, levaram à queda de D. Pedro e à proclamação da República.

## RESUMO

Iniciado em 1840, o Reinado de D. Pedro II durou 49 anos e obteve a marca de ter sido o mais longo período da história política do Brasil com um mesmo governante à frente do poder. Vimos nessa aula que D. Pedro II já nasceu como “um rei autóctone”, carregando a herança de importantes dinastias européias, e o peso, não só de dar continuidade à monarquia, mas ainda de imprimir uma nova face ao Império.

Tendo assumido precocemente o poder, com apenas 15 anos de idade, D. Pedro II enfrentou uma primeira década de mandato com o país ainda sofrendo algumas convulsões, mas, a partir dos anos 50, junto com a elite política que lhe dava apoio, pode tomar iniciativas de grande repercussão para o futuro da economia e da sociedade brasileira, a exemplo da proibição do tráfico internacional de escravos.

Conforme dissemos no início, limitamos essa aula a uma primeira fase do Segundo Reinado. Deixamos de fora a política externa, assunto que será abordado na próxima aula, antecipando a fase de declínio do Império, a ser analisada após tratarmos da economia, do fim da escravidão e de fazermos uma abordagem das mudanças sociais e culturais acontecidas na segunda metade do século XIX.



## ATIVIDADES

1. Faça um pequeno texto explicando como entendeu a análise de José Murilo de Carvalho sobre a Monarquia como forma de organização do estado brasileiro.
2. Descreva as principais iniciativas do governo imperial ocorridas na década de 1850.



## REFERÊNCIAS

- BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda de (org.). **História Geral do Brasil** – 9 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. -3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CASTRO, Therezinha de. **História Documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1968.

- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. – 2 ed. – São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico**. V. 2. São Paulo: DIFEL, 1978.
- IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848 – 1866. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. V. 3. São Paulo: DIFEL, 1976. Tomo II.
- LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil imperial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. (Série Revisão 8).
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VICENTINO, Cláudio; DOTIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997.